

O trabalho do jornalista na divulgação científica dos Institutos Federais da Amazônia Legal: a (não) precarização dessa atuação na comunicação da ciência¹

Maiara Sobral Silva²

Adriana Cristina Omena dos Santos³

Mirna Tonus⁴

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Instituto Federal do Tocantins – IFTO

Resumo

Este estudo examina o papel do jornalista na divulgação científica nos Institutos Federais da Amazônia Legal, destacando a precarização (ou sua ausência) do trabalho e a sobreposição entre assessoria de comunicação e divulgação científica. A análise dos portais institucionais revelou a predominância da comunicação institucional em detrimento da científica, além de uma interação limitada com o público. A falta de políticas institucionais agrava a precarização do trabalho, tornando essencial a adoção de uma comunicação integrada e de estratégias mais estruturadas para fortalecer a divulgação científica nos IFs.

Palavras-chave: comunicação da ciência; fluxos de trabalho; precarização do trabalho.

1. Introdução

A comunicação institucional desempenha um papel fundamental na difusão do conhecimento científico produzido nos Institutos Federais (IFs), especialmente na Amazônia Legal, onde desafios estruturais e logísticos podem dificultar o acesso da sociedade às informações científicas. Nesse cenário, o jornalista assume uma função estratégica, indo além da produção de conteúdos informativos para se tornar um agente fundamental na mediação entre a comunidade acadêmica e a sociedade. No entanto,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), jornalista no Instituto Federal do Tocantins (IFTO). E-mail: maiara@ifto.edu.br

³ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em Comunicação da Ciência junto à Universidade de Ottawa (UOttawa) no Canadá. Docente e pesquisadora na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na Faculdade de Educação, junto ao curso de Jornalismo, ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) e ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE). Uberlândia, Brasil. Email: adriomena@gmail.com

⁴ Doutora em Multimeios pela Universidade de Campinas (Unicamp), com pós-doutorado em Sociologia junto à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente e pesquisadora na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na Faculdade de Educação, junto ao curso de Jornalismo e ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE). Uberlândia, Brasil. Email: mirnatonus@gmail.com

apesar de sua importância, a atuação desse profissional enfrenta entraves significativos, como a precarização do trabalho, a sobrecarga de funções e a ausência de políticas institucionais voltadas à divulgação científica.

A desprofissionalização da categoria, decorrente da redução das equipes e da exigência de multitarefas, impacta diretamente a qualidade da comunicação científica nos IFs. Embora os jornalistas que atuam nessas instituições possuam elevada qualificação acadêmica, conforme apontado pelos dados coletados nesta pesquisa, a falta de formação específica na área de divulgação científica ainda é um obstáculo a ser superado. Além disso, a priorização de conteúdos institucionais, como editais e eventos administrativos, em detrimento da divulgação da produção científica, evidencia um desalinhamento entre as práticas comunicacionais e a missão educativa e social dos IFs.

Diante desse contexto, este estudo busca compreender como a formação, a qualidade de vida e a precarização do trabalho jornalístico impactam a comunicação da ciência nos Institutos Federais da Amazônia Legal. A partir da análise dos dados obtidos por meio de questionários e entrevistas com jornalistas e gestores de comunicação dessas instituições, pretende-se refletir sobre os desafios enfrentados por esses profissionais e discutir caminhos para fortalecer a divulgação científica no âmbito dos IFs.

Ao reconhecer a comunicação como um eixo essencial para a democratização do conhecimento, espera-se contribuir para a valorização do papel do jornalista na promoção da ciência e na ampliação do diálogo entre academia e sociedade.

2. O papel do jornalista na comunicação dos Institutos Federais da Amazônia Legal: desafios e perspectivas

A precarização do trabalho jornalístico percorre o caminho da desprofissionalização da categoria, que nasce em uma formação deficitária para a divulgação científica e desemboca em uma rotina técnica, com equipes cada vez mais enxutas e profissionais acumulando funções de diferentes áreas em nome da inovação e da obtenção de metas.

Cabe pontuar, no entanto, que mesmo com o estranhamento sobre a divulgação científica, essa desprofissionalização vai de encontro ao perfil dos jornalistas dos IF's estudados, uma vez que, dos 26 respondentes, nenhum deles possui apenas graduação: 61,5% possuem mestrado, 26,9% têm especialização e 11,5% são doutores, conforme observamos na resposta sobre essa formação. É fato que a política de qualificação das

instituições federais de Ensino Superior é um incentivo para a continuidade dos estudos, mas isso não desabona o conhecimento e a formação dos profissionais entrevistados. Percebe-se, assim, que se trata de uma mão de obra qualificada, contudo subutilizada quando se trata da divulgação científica. E, nesse aspecto, é de se destacar a importância estratégica, e não apenas operacional, desse jornalista no processo de divulgação científica.

Estes resultados dialogam com o conceito tradicional de trabalho abstrato simples, que, por muito tempo, foi considerado a fonte de valor desde os tempos de Adam Smith e que, atualmente, está sendo substituído pelo trabalho complexo. O trabalho que anteriormente envolvia a produção material, mensurado em unidades de produtos por unidades de tempo, agora é substituído pelo chamado trabalho imaterial, para o qual os padrões clássicos de mensuração não são mais aplicáveis. Por sua vez, essa mudança representa uma transformação significativa na compreensão e avaliação do trabalho na contemporaneidade.

Entre os dias 20 e 26 de fevereiro de 2024, foram iniciadas as tratativas com os participantes da pesquisa por meio de e-mails e telefonemas, utilizando os canais de comunicação dos Institutos Federais da Amazônia Legal. Para aumentar a taxa de respostas, foi enviado um segundo e-mail 15 dias após o primeiro. No total, 26 jornalistas responderam ao formulário dos 54 contatados.

Ressalta-se que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética, com a orientação de não identificar os jornalistas, sendo, portanto, identificados por letras do alfabeto. O objetivo da pesquisa foi investigar a formação, a qualidade de vida, a precarização e a desprofissionalização do jornalismo científico nesses institutos, buscando compreender como esses fatores impactam o trabalho jornalístico na comunicação científica na região.

Durante a coleta de dados, os participantes foram questionados sobre sua formação acadêmica, especialmente a oferta de disciplinas específicas sobre Jornalismo Científico ou Divulgação Científica, com a intenção de analisar como a (não) formação para lidar com a ciência influencia a prática jornalística.

Com isso, quanto ao acesso à disciplina de Jornalismo Científico, 25 dos entrevistados responderam, sendo que, destes, 60% afirmam ter cursado a disciplina, enquanto 40% atestam que não. Já quando questionados sobre a disciplina de Divulgação

Científica, todos os 26 participantes responderam e os dados são que 80,8% não tiveram essa matéria na graduação, enquanto 19,2% cursaram disciplinas específicas sobre Divulgação Científica em sua formação acadêmica.

O acesso à disciplina de Jornalismo Científico revela um panorama interessante entre os entrevistados. Dos 25 participantes que responderam a essa questão, 60% indicaram que cursaram a disciplina durante sua formação, o que sugere um reconhecimento da importância dessa área na formação de profissionais aptos a comunicar ciência de maneira eficaz. Por outro lado, 40% dos entrevistados afirmaram não ter tido a oportunidade de estudar essa matéria, o que pode indicar uma lacuna na formação acadêmica que poderia ser explorada para melhorar a preparação dos futuros jornalistas científicos.

Em contraste, a situação em relação à disciplina de Divulgação Científica é ainda mais preocupante. Todos os 26 participantes responderam a essa questão e, surpreendentemente, 80,8% relataram não ter cursado disciplinas específicas sobre Divulgação Científica durante a graduação. Esse dado evidencia uma carência significativa na formação acadêmica, considerando a relevância da divulgação científica no contexto atual, onde a comunicação de informações científicas precisas é crucial para a sociedade. Apenas 19,2% dos entrevistados informaram ter tido acesso a essa matéria, ressaltando a necessidade de integrar conteúdos de Divulgação Científica nos currículos de cursos relacionados à comunicação e jornalismo.

Vale destacar que o levantamento do quantitativo de jornalistas foi feito via e-mail, *WhatsApp* e Plataforma Fala BR, sendo que o número total de jornalistas contatados foi 54, com 26 respondentes. Ou seja, a taxa de respostas ficou em 48,15%. Outro destaque desses questionamentos é que a hipótese sobre a formação em si só não responde ao lugar de não prioridade dado à divulgação científica, para isso é preciso observar outras variantes da atuação do jornalista nessa área, tais como: fluxo das demandas, enxugamento das equipes, prioridades da gestão, políticas de comunicação, entre outras.

Nesse sentido, a fim de analisar as diversas variantes supracitadas, realizamos entrevistas com os gestores de Comunicação dos IF's da Amazônia Legal, uma vez que tal necessidade foi reforçada pelos resultados dos questionários. Sendo assim, no dia 17 de maio de 2024, encaminhamos e-mail aos nove gestores, por meio dos contatos institucionais indicados nos portais, e, no dia 4 de junho do mesmo ano, enviamos outro e-mail, anunciando a possibilidade de respostas via e-mail.

Destarte, desses nove gestores, três aceitaram conceder a entrevista gravada pelo Google Meet e um deles respondeu às perguntas via e-mail. É possível que a greve da Educação Federal tenha impactado nesses retornos, visto que muitas instituições pararam no primeiro semestre de 2024, com datas variadas de início e fim do movimento grevista.

No que tange ao trabalho do jornalista nos Institutos Federais, indagamos sobre o tipo de vínculo empregatício, o tempo de atuação na referida instituição, se o questionado exerce ou não função gratificada/cargo de direção e se o jornalista atua na divulgação científica. Caso ele atuasse nessa divulgação, foi perguntado como atua e qual o fluxo para solicitação desse trabalho. Por fim, investigamos, nessa parte do questionário, a prioridade do trabalho jornalístico na instituição, a existência ou não de Política de Divulgação Científica e o que o entrevistado entende por divulgação científica.

Já com relação à qualidade de vida, questionamos aos participantes sobre sua satisfação das expectativas no trabalho na divulgação científica, como as demandas impactam em sua vida pessoal e qual sua carga horária laboral. Quanto à precarização, o questionário apresenta questionamentos sobre a composição da equipe para atendimento às demandas de divulgação científica, se a formação da equipe enfraquece o trabalho do jornalista na divulgação científica e sobre o incentivo destinado à produção de material para divulgação científica; além disso, o questionário também trouxe perguntas sobre a comunidade externa e a comunidade interna no planejamento das atividades de divulgação científica e, para terminar, a pergunta que norteou os achados dessa pesquisa: ***“qual o trabalho de divulgação científica que você faz e qual o trabalho que gostaria de fazer?”***.

Sendo assim, para tratar dessa desprofissionalização do jornalista dentro das instituições estudadas, analisamos o quadro de jornalistas, a oferta de concursos para essa área, bem como o Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica, seguido de algumas reflexões sobre possíveis impactos de tais medidas.

Caso esse decreto continue em vigência, a tendência para recomposição do quadro de jornalistas no quadro dos técnicos administrativos dos Institutos Federais (IF's) e das Universidades Federais (UF's) será a terceirização. Nesse sentido, o caminho da precarização passa pela impossibilidade de novos concursos para o cargo de jornalista e

de recomposição desse quadro nas instituições, fatores que podem impulsionar a terceirização da área nos IF's e nas UF's, uma das marcas expoentes do neoliberalismo presente nos dias de hoje. Essa mudança no regime de trabalho é uma tendência nas últimas décadas, como destacam Antunes e Druck (2015).

Ainda não é possível afirmar nada muito definitivo acerca desse processo rumo à terceirização, uma vez que, com a mudança no Governo Federal em 2023, surge a possibilidade de revogação do Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, entretanto, como bem lembram Araújo e Pessoa (2023, p. 10): “o desmonte dos direitos sociais do trabalho vem sendo efetuado pelo Estado numa perspectiva neoliberal que avança no Brasil”.

Dessa forma, quanto à precarização do trabalho no serviço público como um todo, é necessário ressaltarmos que não é recente o fato de que o Estado vem incorporando características do neoliberalismo, visto que, desde 1990, com a reforma do Estado, o serviço público tem ganhado contornos da iniciativa privada. Sobre isso, Araújo e Pessoa (2023, p. 18) reforçam que: “[...] vê-se a invasão no serviço público de termos como estratégia, gestão, qualidade total, eficácia, produtividade, cliente, produto, marketing, desempenho, performance, competência, excelência, entre muitos outros do mundo empresarial”. Cabe destacar também que a estabilidade garantida pelo concurso público não elimina a precarização do trabalho e o impacto na qualidade de vida do servidor.

Portanto, a partir de todo o contexto exposto até então é que investigamos, no presente estudo, a atuação do jornalista na divulgação científica dos IF's da Amazônia Legal brasileira e quais os impactos dessa atividade na qualidade de vida e na precarização do trabalho dos atores envolvidos.

3. O trabalho do jornalista nesta Divulgação Científica

A atuação do jornalista na Divulgação Científica enfrenta inúmeros desafios. A análise dos portais institucionais dos Institutos Federais (IFs) situados na Amazônia Legal brasileira revelou algumas questões relevantes, tais como a escassez de notícias com enfoque na divulgação científica, a ausência de autoria nas matérias publicadas e a predominância de conteúdos voltados para eventos, editais e promoção institucional ou pessoal.

No que tange à prática jornalística, um questionamento central que norteou a presente investigação foi: "Qual o trabalho de divulgação científica que você realiza e qual o trabalho que gostaria de realizar?". Em resposta, o Jornalista A registrou:

Atualmente, minha atuação envolve a produção de matérias para o portal institucional, a elaboração de releases para a imprensa e a criação de um boletim informativo para as redes sociais. Gostaria, no entanto, de desenvolver um trabalho itinerante nas unidades do IF, voltado à produção de material audiovisual que aproximasse a comunidade externa das ações científicas desenvolvidas no instituto.

Além disso, a pesquisa identificou que, dos nove IFs analisados, apenas quatro possuem políticas de comunicação aprovadas, sendo uma delas restrita à comunicação interna. Tal constatação levanta questionamentos sobre as diretrizes que orientam a atuação dos jornalistas nessas instituições. A tabulação dos questionários enviados aos profissionais de comunicação dos IFs revelou um total de 54 jornalistas em exercício, dos quais 26 responderam ao formulário.

A análise dos dados sugere que a ausência da institucionalização da Comunicação como uma área consolidada nas instituições públicas impacta diretamente a qualidade de vida dos profissionais. O Jornalista A destacou as consequências desse cenário ao relatar os impactos das demandas laborais em sua vida pessoal:

Negativamente, pois a força de trabalho dos profissionais de comunicação no serviço público vem, há bastante tempo, passando por um processo de fragilização devido a inúmeros fatores, como a falta de reconhecimento, a baixa valorização financeira e a extinção de cargos. Essa realidade sobrecarrega os profissionais que permanecem na ativa e na linha de frente. Esse é o meu sentimento.

Corroborando essa percepção, o Jornalista V afirmou: "Se pudesse, gostaria de fazer jornalismo, pois, por aqui, muitas vezes executo atividades de outras áreas". Ainda que apresentem perspectivas distintas, as respostas indicam que a divulgação científica não tem sido uma prioridade na atuação dos jornalistas entrevistados. Esse cenário pode ser atribuído tanto ao viés predominantemente voltado à assessoria de comunicação dos setores institucionais quanto à redução das equipes, comprometendo a diversidade de produção jornalística.

Ao considerar a comunicação como uma área que integra diferentes atores, tais como jornalistas, publicitários, relações públicas e produtores culturais, percebe-se que a atuação isolada de um ou dois profissionais por unidade resulta na precarização das condições de trabalho desses servidores.

Por fim, considerando que a interiorização foi um dos pilares na criação dos Institutos Federais, é pertinente refletir sobre o impacto da precarização da comunicação nessas unidades. A presença de um ou dois profissionais atuando de maneira desarticulada das demandas da área compromete o potencial da divulgação científica. Esse cenário aponta para uma possível linha de pesquisa futura: a análise da comunicação nos campi do interior, deslocando o foco das capitais e das reitorias e aprofundando o entendimento sobre os desafios enfrentados por esses profissionais em contextos de menor suporte institucional.

4. A precarização do trabalho jornalístico nos Institutos Federais

O trabalho do jornalista em uma instituição de ensino, pesquisa e extensão envolve diferentes áreas, tais como: assessoria de imprensa, comunicação institucional, jornalismo científico, gestão de redes sociais e comunicação da ciência, entre outras atividades. Nesse ponto, a sobreposição de uma atuação em relação a outra pode caracterizar a precarização do trabalho jornalístico na divulgação científica.

Dentro desse contexto, é possível observarmos que os setores centrais das instituições desempenham um papel crucial como geradoras de atividades simbólicas, visto que elas utilizam estratégias de relações públicas, marketing e até mesmo comunicação científica para elevar sua visibilidade, atrair a atenção da mídia e consolidar sua reputação tanto nacional quanto internacionalmente, nesse âmbito, a comunicação científica atende aos interesses das instituições acadêmicas (Entradas *et al*, 2023).

Quanto à centralização/descentralização das atividades de comunicação, cabe destacar o interesse das instituições com suas rotinas comunicacionais, uma vez que, por muitas vezes, o interesse institucional sobrepõe-se ao interesse público. Nesse aspecto, a sobreposição não é considerada problemática, mas é preciso evidenciar o cerne do interesse, porque uma comunicação que visa promover a instituição não pode ser confundida com comunicação pública da ciência.

Ainda nesse sentido, Entradas *et al* (2023) salientam que, para o progresso da comunicação da ciência, é imperativo que existam condições favoráveis, incluindo o respaldo e a manutenção de uma esfera pública apoiada pelas instituições. Do contrário, há o risco crescente de que tais práticas se isolem e sejam marginalizadas na perspectiva mais ampla da instituição. Por outro lado, os resultados do diálogo são caracterizados por

sua natureza aberta e imprevisível, o que os torna intrinsecamente arriscados, com seu valor para as instituições não necessariamente evidente de imediato.

Por conseguinte, por meio dos dados obtidos via questionários, a prioridade do trabalho jornalístico nas instituições estudadas, conforme os jornalistas respondentes, é a divulgação de editais/processos seletivos, sendo que em segundo lugar fica a assessoria de imprensa, já a divulgação científica nem foi citada nesse questionamento, apesar de constar no enunciado.

Em consonância à pergunta anterior, um fator que pode contribuir para esse lugar não prioritário da divulgação científica nos IF's é a falta de políticas eficientes voltadas ou relacionadas com a divulgação científica, já que 83,3% dos jornalistas responderam que sua instituição não possui esse documento norteador.

Aos que indicaram possuir política de divulgação científica, requisitamos a informação sobre qual seria esse documento e, dentre as respostas, apenas um documento foi apontado, a Política de Comunicação do IFMT. Os demais participantes responderam de forma genérica: “Não sei informar”, “Manual de comunicação”, “O IF possui o portal de periódicos científicos”, “Possuímos uma Política de Comunicação que aborda tópicos referentes à divulgação científica, mas nenhum documento específico”, isto é, até quem respondeu que a instituição possui a política em questão não sabe bem onde a localizar e como ela se aplica.

No que diz respeito às questões sobre a precarização do trabalho, os jornalistas trouxeram dados importantes para reflexão. Quando questionados se a composição da equipe atende às demandas de divulgação científica da instituição, apenas 15,4% concordaram totalmente, enquanto 30,8% discordaram totalmente e 23,1% discordaram parcialmente.

O elevado percentual de jornalistas que discordam da suficiência da equipe – com 30,8% discordando totalmente e 23,1% discordando parcialmente – evidencia a sensação de sobrecarga e a escassez de recursos humanos especializados para lidar com a complexidade da comunicação científica. Esses números revelam uma estrutura de trabalho que não acompanha o crescimento das demandas e a exigência por conteúdos de qualidade em ciência. Além de indicar uma possível queda na qualidade do conteúdo, essa insuficiência pode gerar impactos negativos tanto para a imagem da instituição quanto para a motivação dos profissionais, que precisam lidar com o aumento da pressão e a diminuição de condições adequadas para o exercício ético e eficaz de suas funções.

6. Considerações finais

O trabalho do jornalista enquanto profissional que dialoga com todos os públicos, precisa ter um lugar estratégico dentro das instituições, o questionamento que fica é: como passar do lugar operacional para esse lugar estratégico? Além dessa, surgem outras questões: como divulgar a ciência diante uma variedade de urgências e demandas? Como se aproximar de quem não tem acesso fácil à ciência?

Em um primeiro momento, a análise dos portais institucionais dos IFs da Amazônia Legal revela uma predominância de conteúdos voltados à promoção institucional, com pouca incidência de elementos de Divulgação Científica e ausência de interatividade com o público.

No que diz respeito à Divulgação Científica, nota-se uma predominância de outros assuntos no portal, cabe um estudo junto às instituições para observação dos fluxos entre os pesquisadores e os jornalistas, infere-se que a falta de material nessa área seja pela precarização do trabalho jornalístico, mas podem existir outros fatores, como por exemplo a ausência desse fluxo.

Para além disso, é preciso destacar que no momento o cargo de jornalista encontra-se extinto, segundo o Decreto nº. 10.185, de 20 de dezembro de 2019, está vedada a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para esse cargo.

7. Referências

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 34, jul/dez. 2015, p. 19-40. Disponível em:

<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ARAÚJO, D. da S. R.; PESSOA, Y. S. R. Q. Trabalho, Pandemia e Serviço Público: a precarização da classe trabalhadora brasileira. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 8, jun. 2023, p. 01-30. Disponível em:

<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/1420/1135>. Acesso em: 09 ago. 2023.

ENTRADAS, M.; BAUER, M. W.; MARCINKOWSKI, F.; PELLEGRINI, G. The communication function of Universities: is there a place for science communication? **Minerva**, v. 62, 2023, p. 25-47. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1007/s11024-023-09499-8>. Acesso em: 02 fev. 2024.